



Porque somos pobres?

O produto interno bruto (PIB) *per capita* mede a riqueza criada por habitante durante um certo período de tempo, e é consensualmente considerado o melhor indicador da riqueza de um país.

Efetivamente, há uma forte correlação deste indicador com outros de bem-estar. Mesmo ajustando-o pelo custo de vida, Portugal continua mais pobre do que a média da União Europeia (UE).

Mas “porque somos mais pobres?” A resposta é óbvia: “Porque somos menos produtivos”, pois, por hora de trabalho, produzimos menos do que a média da UE. E “porque produzimos menos?” Para responder a esta questão temos de atender ao facto de a produção depender de três fatores essenciais: capital físico, capital humano e produtividade.

Os dados revelam que, em termos relativos, as diferenças face à média da UE ao nível do capital físico e do tempo de trabalho são irrelevantes. Naturalmente que mais investimento em capital físico e mais tempo de trabalho permitem aumentar a riqueza, mas a quantidade de capital físico utilizado e o tempo de trabalho despendido parecem razoavelmente alinhados com a média da UE.

Continuamos a possuir menos qualificações no trabalho e menor capacidade para combinar capital físico e capital humano.

O mesmo já não se pode afirmar ao nível do capital humano e da produtividade: relativamente à média da UE, continuamos a possuir menos qualificações no trabalho (ou seja, capital humano) e menor capacidade para combinar adequadamente capital físico e capital humano (ou seja, produtividade). Estas são, pois, as causas da nossa pobreza relativa!

Assim, apesar do progresso ao nível do investimento em capital humano, os resultados alcançados são ainda insuficientes ao nível dos anos escolares, ao nível da qualidade das formações e ao nível da sua adequação às necessidades do mercado de trabalho. Ser rico ou pobre continua pois a depender muito da ação dos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Mas mais grave ainda foi o retrocesso existente ao nível da produtividade face à média da UE. Tal retrocesso aponta, desde logo, para a fraca qualidade da gestão e das instituições em Portugal, e, portanto, para a necessidade de reformas estruturais. Reformas que promovam o empreendedorismo, fomentem a poupança, protejam o mérito, e eliminem “as pragas” burocracia, corrupção, interesses políticos e partidários, e concorrência desleal.